

**Subjetividades: mulheres jornalistas e suas percepções
sobre a reforma trabalhista de 2017**

*Subjectivities: women journalists and their perceptions
of the 2017 labor reform*

Malu Francine do NASCIMENTO¹
Mara Ferreira ROVIDA²

Resumo

Discute-se neste artigo parte dos resultados de uma pesquisa de Mestrado, para sanar a seguinte questão: como as mudanças trazidas pela reforma trabalhista de 2017 impactaram as relações de trabalho das mulheres jornalistas? Como objetivos busca-se (1) identificar qual a percepção das jornalistas a respeito do impacto da reforma de 2017 no trabalho delas e (2) propõem-se entender como as jornalistas se veem dentro do mercado de trabalho atual. A metodologia parte de entrevistas abertas com suporte teórico-metodológico de Cremilda Medina para coletar os observáveis (Peruzzo, 2018). Os estudos de Medina (2002; 2003; 2013) é o principal aporte teórico com discussões que abarcam Dancosky (2023). Observou-se que a nova legislação regulamentou práticas que já eram observadas como tendência no mercado de trabalho o que respaldou a precarização das relações trabalhistas no campo do jornalismo e que a maioria das mulheres sente discriminação de gênero no campo do jornalismo.

Palavras-chave: Subjetividade. Mulheres Jornalistas. Reforma trabalhista de 2017. Relações de trabalho. Entrevista aberta.

Abstract

This article discusses part of the results of a Master's research project to answer the following question: how have the changes brought about by the 2017 labor reform impacted the working relationships of women journalists? The objectives are (1) to identify how women journalists perceive the impact of the 2017 reform on their work and (2) to understand how women journalists see themselves in the current labor market. The methodology uses open-ended interviews with theoretical-methodological support from Cremilda Medina to collect observables (Peruzzo, 2018). Medina's studies (2002; 2003; 2013) are the main theoretical contribution with discussions that include Dancosky (2023). It was observed that the new legislation regulated practices that were already observed as a trend in the labor market, which supported the precariousness of labor

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. Bolsista CNPq. E-mail: malu_francine@yahoo.com.br

² Professora Doutora no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. E-mail: mara.rovida@prof.uniso.br

relations in the field of journalism and that most women feel gender discrimination in the field of journalism.

Keywords: Subjectivity. Women journalists. 2017 labor reform. Labor relations. Open-ended interview.

Introdução

Considerando a subjetividade das jornalistas e das autoras desta pesquisa com base nos estudos de Cremilda de Araújo Medina busca-se apresentar os principais resultados coletados a partir de entrevistas abertas em uma pesquisa maior de Mestrado para discutir os observáveis (Peruzzo, 2018) a partir da perspectiva de pesquisadores do campo dos estudos em jornalismo. Com isso, compreender quais os impactos da reforma trabalhista de 2017 foram sentidos pelas mulheres jornalistas.

Para isso, Cremilda (2002; 2003) discorre sobre o passo a passo para considerar a subjetividade nos processos de reportagem e também da pesquisa, considerando a escolha das fontes, a forma de levar a narrativa ao papel e o entendimento que esse movimento traz à tona a necessidade de uma quebra de paradigma para o campo do jornalismo e para a possibilidade de cada vez mais dialogar com o real nas reportagens e nos textos de pesquisas acadêmicas.

A partir desse olhar, apresentam-se cinco principais pontos coletados nas entrevistas que serão discutidos a partir da perspectiva de pesquisadores das mudanças no mercado do trabalho como um todo e do campo do jornalismo, para que seja possível compreender os impactos da reforma trabalhista de 2017 nas relações de trabalho no jornalismo e quais os agravantes quando o recorte de gênero é considerado.

Este artigo é composto por dois tópicos principais. O primeiro trata da metodologia usada neste artigo que se baseia na perspectiva de Cremilda de Araújo Medina no que diz respeito às entrevistas abertas. O segundo tópico discute os observáveis (Peruzzo, 2018) coletados nas entrevistas abertas partindo majoritariamente do olhar de Dancosky (2023).

Metodologia a partir de Cremilda Medina

A coleta de informações foi realizada por meio de entrevista aberta as informações coletadas nas entrevistas abertas foram registradas em um diário de campo (documento em que a autora faz registros logo após as entrevistas). O diário de campo contém informações a partir das percepções da autora, que considera sua subjetividade em todo o processo. Por esse motivo, essas informações não são chamadas de “dados” e sim de “observáveis”, o que, de acordo com Cicilia Peruzzo (2018), nada mais é que os dados demonstrados a partir de um olhar.

Para Cremilda Medina, além de identificar a sua fonte de forma a realmente responder às perguntas propostas, é importante estabelecer o diálogo possível, em outras palavras, a interação sujeito-sujeito deve ser levada em consideração em detrimento do tratamento do entrevistado como um objeto capaz de resolver um problema da pauta proposta. Uma relação sujeito-sujeito implica em lidar com a subjetividade do indivíduo com a finalidade de humanizar o ato da entrevista, e a autora questiona em primeira pessoa, “até que ponto, eu, repórter pautado por meu jornal, tenho de ser objetivo perante a fonte de informação que vou entrevistar?” e afirma, “é preciso usar nosso traço humano, a recorrência acumulada, a memória” (Medina, 2002, p. 40).

É importante entender como lidar com o diálogo possível. Trata-se apenas de um diálogo, para expressar a sua verdade, um lugar livre de pré-julgamentos, que acaba por diminuir as desconfianças em determinados assuntos e fugas por bloqueios, timidez, ou, até mesmo, prudência.

Não existem respostas certas, o diálogo tem o intuito de além de compor uma matéria trazer uma verdade subjetiva que diz respeito à pessoa ou a um problema. Nota-se que, para Medina (2002), não há barreiras entre a entrevista realizada para a produção jornalística e aquela produzida para uma pesquisa científica. A autora, em sua obra, transita entre os papéis de repórter e de pesquisadora de forma a estabelecer uma relação indissociável entre esses fazeres.

Ao realizar o diálogo possível nas entrevistas é preciso entender como levar as subjetividades ao papel por meio do que Cremilda Medina chama de narrativa da contemporaneidade.

A narrativa da contemporaneidade é a arte de narrar o que se vê, criando um ato simbólico a partir da realidade observada. Compreender a narrativa como uma técnica que permite registrar o diálogo entre a ciência e o conhecimento da sociedade.

Não se pode afirmar que narrar o contemporâneo seja simplesmente relatar a realidade, mas sim oferecer uma nova perspectiva sobre o que é percebido, considerando a subjetividade de quem escreve. Isso envolve aceitar os obstáculos ao longo do caminho e as informações inesperadas, que, embora surjam de forma imprevisível, enriquecem a construção da narrativa, pois “o risco e a incerteza são partes integrantes da viagem” (Medina, 2003, p. 76).

Ao longo desse processo, “nessa intranquilidade, nada como revigorar o espírito com o oxigênio da arte” (Medina, 2003, p. 61).

O ato de reconhecer o mundo e lhe imprimir o toque humano é, sem dúvidas, tão científico quanto relacionador. Embora os guetos de excelência se digladiem pelo poder, o gesto criador do estudioso, do pesquisador, desmonta a ideologia e aflora a rebeldia. É aí que o artista se encontra com o cientista e ambos se contaminam com a fabulação das sabedorias poéticas do cotidiano (Medina, 2003, p. 60).

Essas sabedorias poéticas devem ser narradas no afeto e a partir da realidade encontrada nas ruas “o gesto da arte em muito se afina com o gesto coletivo e, assim como a literatura, a oratura traduz o humano ser” (Medina, 2003, p. 74).

A construção social dos sentidos acontece na rua, no cotidiano e na oratura cujas marcas de estilo revelam a poesia dos contadores anônimos. Ao relacionar de vozes e gestos cabe coletar esse texto ligá-los e partilhar os sentidos da produção intertextual (Medina, 2003, p. 74).

Para descrever no papel de forma fiel uma amostra representativa da realidade estudada, é preciso ter curiosidade. Segundo a autora, se um estudante ou até mesmo um profissional recém-formado não estiver disposto a buscar novas maneiras de narrar suas reportagens, acabará produzindo apenas o que é comum nas empresas de comunicação, sem ir além do convencional. Por outro lado, aqueles que se empenham e estudam têm a oportunidade de aprender com os artistas. Esse é o caminho: romper com as estruturas pré-estabelecidas de como se deve contar uma história jornalística. “Certamente, não são os comunicadores que avançam nas rupturas. Esse é o privilégio da arte.” (Medina, 2002, p. 62). Da mesma maneira que a autora considera essa postura como oportuna no fazer

jornalístico, ela também defende essa mesma perspectiva na produção científica, sendo essa a leitura aqui selecionada.

A chave para criar resultados plurais e transformadores é considerar a subjetividade na narrativa, observada a partir de experiências e fatos apurados diretamente na fonte, com as vozes daqueles que podem realmente contribuir para construir uma narrativa que represente a realidade de forma rica e plural.

Considerar a subjetividade em todo o processo foi o foco da pesquisa de Mestrado que serve de base para este artigo. A visão das jornalistas mulheres sobre o dia a dia no trabalho, é a ponte para entender como elas vivenciam essas experiências.

Ao observar a realidade a partir de recortes da sociedade, uma visão de mundo aberta se faz necessária, para que seja possível identificar elos do presente, da história e interferências econômicas e culturais.

Destaca-se que as percepções das entrevistadas são atravessadas pela lógica capital versus trabalho consolidada na contemporaneidade, e historicamente, pelo interesse do capital. Ou seja, a visão sobre o trabalho e capacidades laborais se estabelece de forma tendenciosa de acordo com os interesses do capital, mesmo quando as sujeitas e sujeitos desse olhar ou desse entendimento são trabalhadoras(es). Numa espécie de movimento político, de convencimento, mesmo porque o movimento começa no campo antes de ser regulamentado, as trabalhadoras passam a se adaptar às condições estabelecidas pelos contratos e legislação vigentes, deixando de questionar e tomando para si a responsabilidade de seu sucesso e de suas conquistas.

Após demonstrar todas essas formas de fazer um jornalismo subjetivo, o que se espera é uma virada de chave, novas formas de pensar o jornalismo e a comunicação, alterando o molde engessado de seus paradigmas. Essa mudança é também tema de estudo de Cremilda Medina, inclusive discutido no primeiro seminário inter e transdisciplinar na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo em 1990, que resultou em uma série de 12 livros nomeada de Novo Pacto da Ciência, que conta com a contribuição e estudos de vários cientistas de várias áreas de conhecimento, o que demonstra-se a seguir.

Quebra de paradigma

No artigo *Novas Manifestações, velhos paradigmas*, Medina (2013) expõe contribuições de alguns cientistas sobre a necessidade de mudar os paradigmas que cercam o campo da comunicação e que cerceiam a possibilidade de arriscar novas formas de fazer ciência e olhar a comunicação. A discussão é sobre abrir espaço para a não racionalidade, que é a possibilidade de lidar com o mistério presente nas ações dos indivíduos.

O termo “mistério” utilizado acima, vem da apresentação do jurista Ayres Brito (2013 apud Medina, 2013 p. 39) que diz que trabalhar com a realidade do outro é estar aberto a “lidar com o incognoscível, a saber com os objetos, fatos eventos, fenômenos que fazem parte de um terceiro estado da realidade: o mistério”.

Deixar os paradigmas de lado para uma criação aberta de categorias, para compreender os movimentos sociais e as inquietudes sem enquadrá-las é o que defende o sociólogo José Carlos Bruni. Medina (2013, p. 42) destaca que para o sociólogo é necessário “[...] numa visão mais profunda, abrir a reflexão à crítica e à liberdade sobre os modos de inserção na vida humana”. Contribuindo com esse pensamento Milton Grego, também sociólogo, na leitura da autora, acredita que os paradigmas não deveriam se fechar em si, o que “[...] acrescenta à experiência científica a permanente incerteza” (Medina, 2013, p. 42).

Medina (2013, p. 44) destaca que o neurologista Wilson Luiz Sanvito afirma que “[...] o mundo vivo transcende as grades mentais em que o reduzimos”. Desta forma, é uma armadilha tentar enquadrar a capacidade cerebral de criar e de expandir-se, pois a leitura do real não pode se realizar a partir de modelos, essa tem base em incerteza e contradições que são parte de cada indivíduo, o máximo que se pode alcançar são ensaios de uma possível compreensão dos fatos.

Os paradigmas pré-estabelecidos, por sua vez, limitam essa compreensão, pois impõem moldes fixos que não permitem uma visão densa e verdadeira da realidade complexa que o outro vive. Para compreender de forma efetiva, é necessário estar disposto a olhar para o outro e entender o contexto no qual essa pessoa se encontra. Geertz (2008) afirma que a cultura é um contexto que só pode ser entendido com profundidade, ou seja, por meio da capacidade de perceber o ponto de vista do outro e os significados pessoais que ele atribui a cada situação.

A mudança de paradigma se torna essencial para a comunicação social. É necessário romper com os padrões estabelecidos, adotando a relação “sujeito-sujeito” em vez da tradicional “sujeito-objeto”. O objeto de pesquisa, nesse sentido, não se encaixa no que o jornalismo realmente necessita, que é um contato direto e genuíno, uma troca viva de perspectivas, na forma do “EU-TU, TU-EU” (Medina, 2013, p. 45).

Partindo desse olhar da autora, o intuito da pesquisa, organizada pela entrevista aberta e pela coleta de observáveis, foi considerar a subjetividade como parte de todo o processo, declinando das metodologias de análises mais tradicionais. A entrevista aberta e a discussão dos observáveis é uma metodologia que considera em primeiro lugar a subjetividade, de quem fala, percebendo atentamente todas as contribuições das jornalistas e levando ao diário de campo a partir do olhar da autora todas as informações, entendidas, portanto, como observáveis por serem embasados na interpretação de quem recebe essas informações e passa ao papel através de sua subjetividade.

Cada profissional tem a sua especificidade e embora existam experiências que se correlacionam e que comprovam a hipótese inicial, cada profissional tem a partir de suas vivências um olhar único para as suas relações de trabalho.

Discussão dos Resultados da Pesquisa

Explorar a subjetividade pode levar a resultados mais reais e humanos. Segundo Medina (2002), a notícia não é a mesma coisa que a história, mas se torna parte dela.

Desta forma, discutiremos a seguir os cinco principais pontos abordados nas entrevistas sobre a reforma trabalhista de 2017, as entrevistadas foram separadas por três recortes, primeiro recorte: formadas a mais de 20 anos; segundo recorte: formadas após o ano de 2009 e; terceiro recorte: formadas após a reforma trabalhista de 2017. Também foram considerados diferentes vínculos trabalhistas, sendo identificadas as jornalistas por letras como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1 – As entrevistadas

| Identificação da entrevistada | Idade | Vínculo empregatício | Ano formação |
|--------------------------------------|--------------|-----------------------------|---------------------|
| A | 40 anos | Empresária | 2011 |

| | | | |
|---|---------|-----------------------------------|-------------------|
| B | 31 anos | Coordenadora – CLT | 2014 |
| C | 20 anos | Jornalista arquivista – CLT | Estudante |
| D | 23 anos | Social Media – PJ | 2024 ³ |
| E | 48 anos | Gestora Produção de conteúdo – PJ | 1999 |
| F | 48 anos | Assessoria de comunicação – CLT | 1999 |

Fonte: Produção própria.

Ao abordar sobre o trabalho flexível no campo do jornalismo, as entrevistadas tiveram diferentes percepções. Fica evidenciado que a flexibilização está presente e latente, as entrevistadas mais jovens sentem esse tipo de demanda como parte do mundo em que estão inseridas, pois as relações de trabalho já estavam determinadas desta maneira quando elas ingressam no campo. Já as entrevistadas do segundo recorte vêm de diferentes realidades percebendo assim as mudanças de diferentes focos, a entrevistada A, como empresária, entende ser benéfico, já a entrevistada B percebe malefícios, porém entende que é uma tendência que pede por adaptação para manter-se competitiva no mercado de trabalho. No primeiro recorte as opiniões também conflitam, e a entrevistada F enfatiza que essas mudanças irão perpetuar um sofrimento as trabalhadoras(es), já a entrevistada E entende que pode ser um movimento positivo. Vejamos os observáveis desse primeiro ponto coletado nas entrevistas:

1. em relação às formas flexíveis de trabalho, **no primeiro recorte** (formadas a mais de 20 anos), a entrevistada F entende os impactos negativos dessas mudanças nas relações de trabalho, entende que é um retrocesso que perpetuará o sofrimento nas relações de trabalho. Já a perspectiva da entrevistada E é que essas mudanças podem ser positivas, e que a profissional deve escolher o que melhor lhe atender. **No segundo recorte** (formadas após o ano de 2009), a entrevistada B entende os malefícios, mas está ciente de que é uma tendência que pede por adaptação, já a entrevistada A, como empresária, entende que as mudanças são necessárias para

³ Entrevistada D concluiu o curso em Julho de 2024.

solucionar antigos problemas. **No terceiro recorte** (formadas após a reforma trabalhista de 2017), as entrevistadas C e D demonstram uma naturalidade ao falar sobre as formas de trabalho flexível e as associam à ideia de que se trata apenas de um outro vínculo empregatício. Mas entendem o impacto que isso gera nas relações de trabalho (Nascimento; Roviada, 2024, p. 102).

Um levantamento realizado pela Rede de Estudos Trabalho e Identidade dos Jornalistas (Retij), ligada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), indica que a precarização do trabalho no campo do jornalismo se acentuou, “quanto aos tipos de contratação, reduziu o volume de vínculos CLT e as formas precárias chegam a 24% (frilas, prestação de serviços sem contrato, PJ e MEI)” (Perfil..., 2021) e a jornada de trabalho superior a 8 horas é alarmante, sendo realidade da vida de 42,2% dos jornalistas respondentes, o que é reflexo das novas modalidades de trabalho inseridas pela reforma trabalhista (Perfil..., 2021).

A contratação PJ vende uma ideia de que no geral as(os) profissionais terão mais liberdade e uma remuneração mais alta. De fato, a remuneração é mais atrativa, pois não se trata de um trabalho formal onde a(o) empregadora(or) tem a obrigação de pagar impostos e assegurar direitos trabalhistas. Nesse tipo de contratação entende-se que duas pessoas jurídicas estão de acordo negociando uma prestação de serviço. Neste ponto, não se encontra a hipossuficiência da(o) trabalhadora (or) o que é benéfico às empresas.

O agravante neste ponto é que as(os) profissionais estão sendo contratados com vínculo PJ, exercendo suas funções, cumprindo horário e sendo cobrados como em um vínculo CLT, o que muda é a precarização dos direitos trabalhistas e o benefício financeiro e jurídico das empresas contratantes.

Esse entendimento é corroborado por algumas entrevistadas da pesquisa de Mestrado, como é possível identificar pelos observáveis coletados nas entrevistas.

2. sobre a contratação PJ, **no primeiro recorte**, as opiniões das jornalistas se dividem. A entrevistada F entende como um trabalho precarizado sem garantias, e a entrevistada E uma forma de ganhar mais dinheiro. **No segundo recorte**, a entrevistada B entende que há prejuízos e negligências de direitos trabalhistas, mas sinaliza que terá que se adaptar para se manter no mercado, já a entrevistada A não acredita mais no regime CLT, entendendo que a melhor forma de trabalhar com qualidade de vida e liberdade é contratando profissionais PJ. **No terceiro recorte**, temos apenas a perspectiva da entrevistada D que entende que os direitos são negligenciados, mas que enxerga benefícios pela remuneração maior (Nascimento; Roviada, 2024, p. 103).

Outro ponto observado foi o impacto nos vínculos de trabalho e demanda por profissionais multiplataformas. Entre 2012 e 2017, ano da reforma trabalhista, teve um enxugamento do mercado em todos os vínculos de trabalho “(com vínculo: carteira assinada e cargo comissionado, e sem vínculo: pessoa jurídica (PJ), freelancer, empresário e com contrato de prestação de serviço)” (Dancosky; Mick; Rocha, 2022, p. 8-9), demonstrando que o mercado exige profissionais flexíveis e polivalentes, pois tem reduzido contratações, para as mesmas demandas de trabalho. E essa é uma nova realidade de trabalho observada também no campo do jornalismo.

3. em relação às mudanças nas oportunidades disponibilizadas no mercado de trabalho do jornalismo, todas entendem que existem uma demanda por profissionais multiplataformas e polivalentes e que as relações de trabalho se modificaram (Nascimento; Rovida, 2024, p. 103).

“O direito ao trabalho é condição fundamental para a reprodução das demais dimensões da vida social”, e com a sua flexibilização, a limitação entre labor e lazer fica enfraquecida, afetando tempo com a família, e tempo para descanso, pois flexibiliza o que poderia ser importante fora das relações de trabalho (Carneiro, 2011b, p. 115).

Com o avanço da tecnologia e com a disposição de vagas home office, o que se controla não é tempo à disposição da empresa e sim entrega do resultado esperado, embora as ferramentas tecnológicas permitam mais autonomia e flexibilidade, ao mesmo tempo observa-se que acinzentam o limite entre trabalho e lazer pois possibilita o controle 24 horas por dia (Haubrich, 2020). “Há um apagamento nas fronteiras entre “trabalho” e “lazer”, com o trabalho, na maioria das vezes, tomando conta de tudo” (Grohmann, 2012, p. 260).

Esse sentimento de sempre estar em estado de produtividade é quase que um ‘lema’ observado no campo do jornalismo, independente do vínculo de trabalho ou da projeção que tenha a profissional para seu futuro, todas demonstram de alguma forma, que estão abrindo mão de seus momentos de lazer, para focar em atender as demandas profissionais.

4. em relação ao tempo livre e o tempo destinado ao trabalho, ficou evidente em todas as falas que o foco neste momento é estar sempre em estado de produtividade mesmo que isso possa afetar o tempo destinado a outros afazeres, como o lazer. As experiências das entrevistadas demonstram esse estado de alerta e produtividade: a estudante que utiliza suas férias acadêmicas para consolidar seu

currículo com a finalidade de garantir um nível satisfatório de competitividade; a outra entrevistada que estendeu o período da graduação para se dedicar a uma promoção; as entrevistadas que entendem a disposição ao trabalho como algo que “está na veia” e que cria a expectativa de entrega até mesmo nos dias de folga; as entrevistadas que se dizem estar sempre de sobreaviso. Esses são movimentos entendidos como necessários para tentar mitigar os impactos trazidos pelas novas disposições legais (Nascimento; Rovida, 2024, p. 103-104).

Dancosky (2023) destaca que a precarização do trabalho está ligada a feminização do jornalismo, pois com base em Nicoletti (2019) ela discorre que o trabalho precarizado está relacionado à falta de estrutura, instabilidade na relação de trabalho, acúmulo de funções e a uma rotina intensa, em que se nota falta de tempo e de autonomia para trabalhar a notícia de forma satisfatória, possibilidade de adoecimento, remuneração baixa e a exposição ao risco de assédio e violência no ambiente de trabalho, o que se observa muito mais no contexto das profissionais do sexo feminino.

Uma hipótese explicativa para isso, no caso do jornalismo, é que a feminização produzida pela inserção de mulheres na profissão não foi, ainda, suficiente para desencadear mudanças estruturais, de modo que os valores seguem sendo masculinizados, influenciando nos comportamentos, nas relações e nas visões de mundo (Dancosky, 2023, p. 32).

O mercado de trabalho ainda hoje é marcado por mulheres julgadas por sua “feminilidade” (Dancosky; Mick; Rocha, 2022, p. 10). De um lado, se julga, na contratação, mais que qualificações, são observados requisitos pessoais que possam, na visão da(o) contratante, impactar negativamente o desempenho da mulher, como, por exemplo, a idade e se tem filhos. Por outro lado, se contratadas, expectativas são criadas a partir de suas entregas, não considerando suas especificidades e jornadas múltiplas.

As entrevistadas relatam essa discrepância em relação ao mercado quando se trata das relações de gênero. Mesmo o que não é vivido por elas, pode ser observado em suas colegas de trabalho e realidade compartilhada com outras profissionais. Apenas a entrevistada E do primeiro recorte não sentiu que a questão de gênero impactou sua trajetória.

5. em relação às relações de gênero no mercado de trabalho, **no primeiro recorte**, a entrevistada E não sente o impacto, nem mesmo enxerga essa situação nas relações que observa, por não ser parte da sua realidade. Já a entrevistada F percebe isso na sua

trajetória e no entorno, e destaca que a discriminação não é algo questionável, a mulher que não enxerga possivelmente não consegue identificar isso no dia a dia, o que é muito triste. **No segundo recorte**, a entrevistada B ao observar seu lugar no campo entende que para alcançar certos lugares ela deve ter uma ótima entrega, pois no caso da mulher, existe uma pressão para que se comprove a competência. A entrevistada A, por sua vez, corrobora esse entendimento, *especialmente ao falar sobre como uma mulher preta tem de se esforçar três vezes mais para alcançar seus objetivos*. **No terceiro recorte**, as entrevistadas C e D demonstram a percepção evidente sobre a discrepância no campo do jornalismo, elas entendem que existe uma discriminação e que é facilmente observada nas relações de trabalho (Nascimento; Rovida, 2024, p. 102-103).

A questão de raça sentida pela entrevistada A, vem sendo discutida pelas autoras Bruschini (1994), Sueli Carneiro (2011;2019) e bell hooks (2019) utilizadas na pesquisa de Mestrado, e podem ser comprovadas por vários dados estatísticos como demonstra-se abaixo.

De acordo com Sueli Carneiro (2011a, p. 128), 79,4% das mulheres negras estão no mercado de trabalho exercendo trabalhos manuais, 51% estão exercendo o trabalho doméstico e 28,4% “são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes”. Os dados apresentados pela autora são baseados na publicação “Brasil, gênero e raça” de 2006 do Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça.

A mulher jornalista também sofre a discriminação e a dominação no trabalho, tal qual a maioria das mulheres no mundo. Os estudos feministas classistas apontam que essa realidade só pode ser superada de maneira a compreender-se a complementaridade da luta das mulheres com as lutas mais gerais por igualdade e emancipação. E, nesse sentido, o conceito de feminismo interseccional contribui para a compreensão de como o tema do gênero é interseccionado pelas questões de classe e raça/etnia (Fígaro, 2018, p. 586-587).

O “teto de vidro gênero/raça/classe” (Moura; Costa, 2018, p. 197) impacta o trabalho e a vida das jornalistas negras brasileiras. Que pode ser observado como uma barreira implícita que impede que mulheres negras cheguem a altos cargos e posições de decisão, o que acentua uma concentração vertical das mulheres no campo profissional (Moura; Costa, 2018).

Dancosky (2023, p. 40) destaca que “entender o que o jornalismo está se tornando no Brasil implica em saber quais corpos o produzem”. Para contribuir com uma sociedade em que haja um mercado profissional mais saudável e equitativo, é importante como

mulher no campo do jornalismo, entender o lugar que se está e os desafios que serão encontrados para enfrentar e construir um ambiente de trabalho melhor para sua categoria.

Considerações finais

Esta pesquisa evidenciou que com a demanda de trabalho cada vez mais acelerada e com o aumento da pressão pela entrega e pela disponibilidade, o tempo livre das trabalhadoras se torna cada vez menor, afetando a vida privada. Das profissionais mulheres são cobradas mais que capacidades técnicas mas, uma disponibilidade que desconsidera suas jornadas múltiplas podendo afetar sua entrega profissional e sua saúde.

As mudanças provocadas pela reforma são prejudiciais, é uma mudança ideológica e algumas trabalhadoras sem perceber que são instrumentos do capital acabam falando como se fossem detentoras dele, tanto ao ter a falsa ilusão de que um vínculo PJ possa tirá-las do lugar de trabalhadora(or) para o lugar de empregadora(or), quanto na constante e quase ininterrupta disposição da profissional ao trabalho; é como se essa atitude compensasse, em prol de um sucesso futuro, a disponibilidade permanente hoje.

Embora muitos acreditem que apenas foco e dedicação sejam suficientes para atingir metas, a pesquisa de Mestrado evidenciou que há barreiras sociais que afetam diretamente as trabalhadoras. O ponto de partida de cada pessoa é diferente. A análise interseccional mostra que o ambiente de trabalho é moldado pela luta das mulheres para se inserir no mercado e alcançar algum nível de equidade nas oportunidades. As dificuldades enfrentadas por elas atravessam suas experiências e as oportunidades disponíveis dentro do mercado de trabalho. O conceito de "teto de vidro" representa essa barreira invisível, porém real, que, quando combinada com as várias formas de discriminação, cria uma força que mantém a maioria das mulheres na base da pirâmide profissional, dificultando sua ascensão, especialmente no caso das mulheres negras.

A entrevista aberta provoca muitas sensações, assim como permite que novas ideias sejam conhecidas a partir da fala das entrevistadas.

Considerar a subjetividade em todos os processos a partir do olhar e metodologia de pesquisa de Cremilda Medina enriqueceu o diálogo entre as autoras e autores, demonstrando diferentes perspectivas sobre as relações de trabalho atuais, ainda contribuindo para que pontos relevantes e emergentes sejam discutidos.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Institui a Reforma trabalhista. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 23 mar. 2025.

BULLA, Olívia. **A evidência dos números no discurso jornalístico através das relações de comunicação e trabalho**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo de Comunicações e Artes – São Paulo, 2015.

CARNEIRO, S. O matriarcado da miséria. In **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil** Consciência em debate. Benedito, Vera lúcia (coord.) – São Paulo: Selo Negro, 2011a, pp. 127-130

CARNEIRO, S. Trabalho e exclusão racial. In **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil** Consciência em debate. Benedito, Vera lúcia (coord.) – São Paulo: Selo Negro, 2011b, pp. 113-116

DANCOSKY, A. K., MICK, J., & ROCHA, P. M. (2022). **Masculização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017)**. Revista Estudos Feministas, 30(2). DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n275032>

DANCOSKY, A. K. **Risco biográfico e trajetória profissional de jornalistas no Brasil: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do LinkedIn**. Tese. (Programa de Pós-graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - Florianópolis, 2023.

FÍGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas – USP. **Galaxia** (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 39, set-dez., 2018, p. 177-189. São Paulo (SP), Brasil. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/35905/27061>. Acesso em 27 mar. 2025.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo de Comunicações e Artes – São Paulo, 2012.

HAUBRICH, Alexandre. **O debate público sobre a reforma trabalhista de 2017 no Brasil: embates discursivos na disputa entre trabalho e capital**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

KOSHIYAMA, A. M.; REIMBERG, C. O. **Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas**. Universidade de São Paulo. *In*: Intercom – Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo/ Organizadores: Leonel Aguiar, Marcos Paulo da Silva e Monica Martinez – São Paulo, SP: Life Editora, 2018.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Comunicação e mundo do trabalho do jornalista: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo de Comunicações e Artes – São Paulo, 2010.

LIMA, M. Trajetória Educacional e Realização Sócio-Econômica das Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, 3(2), pp. 489-495, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16467>. Acesso em 27 mar. 2025.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista – o diálogo possível**. São Paulo: Editora ática, 2002.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Novas manifestações, velhos paradigmas**. MATRIZES. Ano 7 – nº2 jul./dez. 2013 – São Paulo, pp. 37-47.

MOURA, D. O.; COSTA, H. M. R. **Mulheres jornalistas e o “teto de vidro gênero/raça/classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras**. Universidade de São Paulo. *In*: Intercom – Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo/ Organizadores: Leonel Aguiar, Marcos Paulo da Silva e Monica Martinez – São Paulo, SP: Life Editora, 2018.

NASCIMENTO, M.F.; ROVIDA, M.F. **As jornalistas e as relações de trabalho: percepções dos impactos da reforma trabalhista de 2017**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2024.

Perfil do Jornalista, Rede de Estudos trabalhos e identidade dos jornalistas - **RETIJ/SBPJOR**. *In* 19º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

PERUZZO, C.M.K. Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil. **Comunicação e Sociedade**. vol. 33, pp. 25-40, 2018. DOI: 10.17231/comsoc.33(2018).2905. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1053>. Acesso em 27 mar. 2025.